

A proposta curricular em ação: caminhos formativos para o (re) pensar da organização pedagógica e a deficiência no espaço escolar

The curriculum proposal in action: formative ways to (re) think the educational organization and the disability in the school space

Márcia Torres Neri Soares

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

E-mail: profa.marciatorres@gmail.com

Recebido: 13/09/2016 – Aceito: 05/10/2016

Resumo

O presente texto objetiva apresentar resultados preliminares de estudo acerca da elaboração da proposta curricular de um município brasileiro no tocante a organização pedagógica em atenção às necessidades de estudantes com deficiência, especialmente por meio da constituição de um grupo de formação continuada desenvolvido com professores de Salas de Recursos Multifuncionais. Com enfoque metodológico pautado numa pesquisa-ação, o estudo possibilitou a sistematização de um fórum de debates acerca do currículo e da inclusão escolar e, notadamente, assegurou uma rica possibilidade de problematização da deficiência na organização curricular, assim como as (im)possibilidades de propostas formativas acerca do currículo com audiência dos participantes da pesquisa. Com base no estudo, esperamos contribuir com o desafio de (re)pensar as condições de aprendizagem e participação de quaisquer estudantes e suas inserções no debate macro da educação.

Palavras-chave: Currículo. Formação Continuada. Deficiência. Inclusão Escolar.

Abstract

This text aims to introduce the preliminary results of the study about the curriculum proposal elaboration of a brazilian municipality regarding to the educational organization in attention to the necessities of students with disabilities, especially through the establishment of a continuous training developed with teachers of Classrooms of Multifunction Resources. The study, with methodological focus guided by an action-research, enabled the systematization of a debate forum about curriculum and school inclusion and, particularly, assured a rich

possibility of problematize the disability in curriculum organization, as well as the (im)possibilities of formative proposals about curriculum with audience of the research participants. Based on investigation, we hope to contribute with the challenge of (re)think the conditions of learning and participation of any students and their insertion in the macro debate of education.

Keywords: Curriculum. Continuous training. Disability. School Inclusion

1. Introdução

O debate em torno da inclusão escolar de estudantes com deficiência tem se configurado como temática atual e necessária dada a organização da política educacional brasileira e legislações decorrentes voltadas a garantia do direito pleno de todos à educação (BRASIL, 1988; 1996; 2001; 2008).

Se consideradas as publicações na área de educação especial e inclusiva, nota-se um interesse crescente no âmbito acadêmico (HAYASHI, 2011; BUENO, 2008), e a demarcação de um campo do conhecimento profícuo de estudos e pesquisas acerca do público delimitado como o de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação¹ (BRASIL, 2008).

Em meio às produções científicas voltadas ao desafio de incluir estudantes com deficiência em classes comuns de ensino, identificamos estudos relativos às proposições curriculares (GARCIA, 2006; MAGALHÃES, 2005, 2009; BEYER, 2005; DORZIAT, 2006, 2009; CARVALHO, 2008; BONAMIGO, 2010; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, MARTINS, 2011; GLAT; PLETSCHE, 2011; LIMA; MENDES, 2011, VIEIRA, 2012), temática importante ao se pensar na (re) organização da escola e o tão decantado respeito às diferenças, que para além do discurso politicamente correto, necessita ser verdadeiramente enfrentado no bojo de práticas valorizadoras das especificidades, e formas de aprendizagem de todos os estudantes, em especial dos que possuem uma deficiência.

A singularidade da discussão apresentada nesse texto define-se por meio do objetivo de apresentar resultados preliminares de estudo acerca da etapa inicial de elaboração da proposta curricular de um município brasileiro no tocante a organização pedagógica em atenção às necessidades de estudantes com deficiência. Especificamente, debruçamo-nos

¹ Nesse texto utilizaremos apenas a expressão pessoas com deficiência para nos referirmos ao público alvo da educação especial, contudo o trabalho desenvolvido refere-se às especificidades de todos os mencionados pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

sobre a importância da formação continuada e a organização de um grupo de estudos sobre o currículo escolar. Nos caminhos definidos como fundamentais para sistematização do nosso texto, iniciamos apresentando as *Bases teóricas de nosso caminhar: alicerces para a elaboração da proposta curricular*, por considerarmos a importância em compartilhar o aporte teórico da pesquisa relatada no presente texto. Com nossos esclarecimentos convidamos ao leitor a desbravar nossos itinerários por meio da seção intitulada *O caminho metodológico: percursos, obstáculos, atalhos e o(s) ponto(s) de chegada – dando corpo à invisibilidade*, na qual faremos as principais referências ao trabalho desenvolvido sob o enfoque metodológico da pesquisa-ação (BARBIER, 1985) e os resultados alcançados na elaboração da proposta curricular na/para visibilidade das necessidades de estudantes com deficiência. Com os resultados do estudo, pretendemos chegar ao denominado *desafio de fazer da letra uma proposta viva: indicativos de continuidade*, por considerarmos a influência do enfoque metodológico supracitado e o fato da proposta curricular se (re)definir em contato com os professores, pais, dos próprios estudantes com deficiência e outros sujeitos sociais, a partir de como esta toma forma, trilha e inaugura novos caminhos no espaço escolar.

2. Bases teóricas de nosso caminhar: alicerces para a elaboração da proposta curricular

A organização curricular é um dos objetivos expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 (BRASIL, 1996) em seu artigo IX, inciso IV como responsabilidade da União, em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao assegurar o estabelecimento de competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, a lei define os conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. Na definição do(s) currículo(s) nacional(is), os Parâmetros Curriculares Nacionais em seu documento Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998) provocou a tentativa de organizar, do ponto de vista curricular, orientações com vistas ao trato das heterogeneidades e diversidades presentes em diferentes turmas, e mais especificamente as adaptações curriculares para inclusão de estudantes com deficiência.

Sem adentrar as considerações, bem como as merecidas análises críticas a respeito desta política curricular, tal política, sob o princípio por nós defendido, não é suficiente para fazer as reformas curriculares pretendidas, pois isso depende da articulação no âmbito da formação docente, afinal:

O professor, ao adotar uma nova idéia, a faz em função de seus próprios constructos pessoais e ao desenvolver uma nova tarefa acadêmica também a interpreta e modela,

por quê [...] nenhuma tarefa é um esquema tão acabado e inequívoco que não ofereça possibilidades para a interpretação pessoal de cada professor, a partir de suas próprias finalidades e forma de perceber as demandas dos alunos e da nova situação (SACRISTÁN, 2000, p. 175).

Este se caracteriza como um dos aspectos fundamentais para a realização da pesquisa compartilhada – muito embora políticas curriculares sejam oficialmente padronizadas no âmbito educacional brasileiro, é nas diferentes escolas e a partir das (re)elaborações dos professores em contato com seus estudantes, que estas se definem a cada nova situação – e, portanto, convém investir em propostas de formação continuada para problematização do currículo escolar com os sujeitos dessas escolas.

Acresça-se a isso, a cultura escolar como procedimentos, práticas, ideias expressas no cotidiano da escola (SILVA, 2008) e suas confluências no campo da organização do ensino, na eleição dos conhecimentos importantes, na visão de homem, de mundo e nas decisões e organizações escolares. No desenvolvimento das práticas docentes e dos outros partícipes escolares, engendram-se ações, desvelam-se vontades, opiniões, estratégias, organizações e (re)dimensionam-se atividades e propostas curriculares. No tocante a chegada de estudantes com deficiência são (re)criadas formas, práticas pedagógicas explícitas em planejamentos e/ou construídas no âmago das subjetividades:

Dessa forma, os alunos que cotidianamente adentram o espaço da escola produzem e podem ser produtos de imagens que (re) configuram as mais variadas possibilidades de (in) adaptação e (des) contextualização das experiências proporcionadas pelos processos, que são ali desenvolvidos. A deficiência jamais passa despercebida, provocando diferentes reações humanas diante dessa condição, uma vez que surpreende, desorganiza e imobiliza ao corporificar o que ‘escapa’ ao familiar, ao usual, ao esperado (SILVA, 2008, p. 77).

Deste último entendimento decorre a necessidade para atentarmos no currículo e seus diálogos com/no cotidiano bem como, a produção dos estigmas (GOFFMAN) no espaço escolar e de seus obstáculos de caráter atitudinal para não inclusão de pessoas com deficiência em diferentes contextos (AMARAL, 1995).

Do ponto de vista curricular, falamos então do caminho entre o prescrito e o vivido e da desconfiança sempre necessária de sua suposta neutralidade. Portanto, na realização da pesquisa compartilhada no presente estudo refletimos acerca da necessidade da problematização do currículo, em especial de seus conflitos, pois “o próprio corpo do conhecimento escolar – o que se inclui e o que se exclui, o que é importante e o que não é – também serve a um propósito ideológico” (APPLE, 2006, p. 96).

Nem tudo é tão simétrico quanto pressupõem as visões deterministas do conhecimento, há um jogo de interesses, de visões acirradas no campo de currículo e de lutas

de poder intervenientes na forma como se organizam diferentes práticas curriculares. Atentar para o subliminarmente posto (MAGALHÃES, 2005) nas relações (re)construídas no espaço escolar, é sem dúvida conteúdo imprescindível a organização da escola e currículo aberto às diferenças.

Conquanto, intentamos esclarecer neste texto a intersecção entre o formulado – do ponto de vista das políticas curriculares –, e o vivido – experimentado, (re) dimensionado e até negado no espaço escolar. Tal intersecção, sob o ponto de vista de nosso estudo, deve ser conteúdo de propostas curriculares com base nos cotidianos escolares reais (e não dos idealizados para essas escolas), como um ponto de partida para teorizações e intervenções sobre as práticas docentes. Com isso, não desconsideramos os aspectos macro das condições de trabalho de diferentes professores, antes reconhecemos essas condições e a partir delas desenvolvemos uma pesquisa **com** esses professores e não **para** eles.

Tais entendimentos serviram/servem de princípios na elaboração do trabalho aqui explicitado na tentativa de superar o empobrecimento curricular (GARCIA, 2006) submetido a estudantes com deficiência e verdadeiramente contribuir às proposições curriculares nas diferentes formas de aprendizagem de todos os estudantes, em especial dos que possuem uma deficiência, sem privá-los das práticas pedagógicas, ou das oportunidades de conhecimento comuns aos demais estudantes.

Pensar esses *alicerces para elaboração da proposta curricular*, possibilitou-nos um constante ir e vir e isto de alguma forma também se faz refletir neste texto, ao procedermos paralelos frequentes com as bases teóricas fundamentais para o estudo compartilhado.

Ao retornarmos as considerações iniciais desta seção acerca das determinações legais destacamos: afora tais determinações, concebemos seus desdobramentos e implicações no bojo do trabalho docente, aspecto favorecedor, como já dissemos, para o objetivo em delinear a Proposta Curricular de nosso município com base numa construção coletiva com os envolvidos na escolarização de pessoas com deficiência, a partir de suas reais necessidades. Essa, portanto, não é uma tarefa fácil. Isso porque não partimos de uma visão simplista da resolução – seleção e organização – de situações curriculares sob a responsabilidade exclusiva do professor no exercício da docência. Há aspectos mais amplos, a exemplo das desigualdades econômicas, políticas e sociais, e estas não podem ser desconsideradas (LAPLANE, 2004).

Embora reconheçamos nossos desafios, a elaboração da Proposta Curricular é um exercício de amadurecimento e fôlego, como podemos identificar nas interlocuções realizadas com o nosso caminho metodológico, na seção a seguir.

3. O caminho metodológico: percursos, obstáculos, atalhos e o(s) ponto(s) de chegada – dando corpo à invisibilidade

Falar dos caminhos trilhados na elaboração da proposta curricular de um município brasileiro é uma oportunidade ímpar para caracterizarmos os principais desafios enfrentados no âmago de uma pesquisa-ação (BARBIER, 1985) constituída e reconstituída com os envolvidos em sua construção. Destarte não é fácil discutir as inserções da educação especial no contexto da educação geral (FERREIRA; FERREIRA, 2004) e, dadas as dificuldades históricas em lidarmos com a heterogeneidade intrinsecamente humana, se sobrepujam as razões para necessitarmos de um espaço específico no interior da proposta curricular para falarmos sobre as proposições concernentes às necessidades de estudantes com deficiência. Todavia, o caráter específico não pode nos furtar de estender a discussão acerca do currículo e da inclusão de pessoas com deficiência à escola e à organização educacional em seus níveis e modalidades de ensino como um todo. No paradoxo entre o particular e o geral, definimos algumas estratégias a fim de demarcarmos as intersecções necessárias à construção da proposta curricular no tocante a educação especial².

A pesquisa base para a escrita do presente texto realizou-se no período delimitado entre os meses de janeiro de 2011 a março de 2012, contudo as ações desenvolvidas pelo Grupo³ responsável pela construção da proposta continuam em andamento no ano de 2016 e ajudam a compor nossa escrita. O Grupo foi formado desde outubro de 2010 sob a coordenação de duas professoras da Rede Municipal e de outros professores paulatinamente convidados a participar. Para tanto, os professores foram liberados de sua carga horária de trabalho em sala de aula, disponibilizando-a para os encontros semanais de discussão, fundamentação teórica, organização e levantamento de dados, além da elaboração e participação em eventos. Com a representação de professores das diversas disciplinas, temáticas e modalidades de ensino, o grupo foi organizado como parte imprescindível a realização do projeto para organização e estruturação das atividades necessárias na

² A Proposta Curricular – Educação Especial se apresenta em forma de um Caderno. A materialização deste caderno corresponde a uma necessidade operacional de salvaguardar as especificidades de estudantes com deficiência, conteúdo que como sabemos possui campo de estudo próprio, porém a sua escrita não se circunscreve a delimitação do próprio caderno, visto que as considerações apresentadas podem e devem ser utilizadas, aplicadas e/ou redimensionadas no interior de todo o conteúdo da Proposta Curricular e de seus respectivos cadernos.

³ Utilizamos propositadamente a letra inicial maiúscula para o Grupo a fim de representar a sigla que o denomina, mas que em observância ao anonimato, não foi aqui compartilhada.

elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da proposta curricular para o ensino fundamental da Rede Pública Municipal.

A composição do Grupo não se deu de forma tão natural. Embora tenha sido realizada por meio de convite público, muitos foram os *obstáculos* encontrados no *caminho* para sua organização. Destarte houve variações na representação de temáticas, disciplinas e modalidades de ensino, implicando em diferentes tempos de incorporação dessas representações à proposta, bem como uma relativa rotatividade de profissionais gerando substituições e algumas lacunas ainda não resolvidas, a exemplo de Língua Estrangeira Moderna que até o momento de produção do presente texto não se fez representar na escrita da Proposta Curricular.

As negociações para a representação dessas áreas, bem como a realização das reuniões semanais se deu num campo de conflitos, tensões e lutas de poder extremamente perceptíveis. A confluência das diversas áreas do conhecimento e ainda as trajetórias profissionais de professores com carga horária, tempo de serviço, formação, interesses e histórias pessoais distintas, permitiram a constituição de um panorama de disputas acirradas nos diversos campos do conhecimento.

Os encontros semanais do Grupo, em especial, as discussões teóricas suscitadas encaminhou-nos para a necessidade de participação de outros professores da área de educação especial na construção dessa proposta. Assim, em 2011 foi criado o Grupo para elaboração da proposta curricular – Educação Especial sob nossa coordenação e a colaboração de 15 professoras de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da Rede Municipal. O trabalho desenvolvido correspondeu a primeira etapa de elaboração da proposta. Essa etapa foi organizada por meio de uma formação continuada estruturada numa carga horária total de 50 horas – 32 horas presenciais e 18 horas de atividades extras.

Ao compreender a importância da reflexão e do debate acerca do currículo sem dicotomias entre pensamento e prática (LOPES; MACEDO, 2005), interessava-nos adentrar as experiências curriculares desenvolvidas nas escolas da Rede Municipal e promover o necessário debate acerca dessas práticas. Por meio de encontros quinzenais, estudávamos e problematizávamos tanto as concepções e teorias de currículo (SILVA, 2003; MACEDO; LOPES, 2011), quanto as próprias situações curriculares das escolas representadas pelos professores partícipes desta formação. Os encontros possibilitaram ainda a realização de atividades extras na leitura e produção de textos, posteriormente favorecedores do amadurecimento teórico necessário às discussões curriculares, bem como publicações em eventos nacionais realizados no Brasil.

Na organização dos encontros foi criada uma estratégia de registro denominada de “Vozes que não se calam”, na qual um dos participantes da formação voluntariamente relatava ao seu modo o encontro anterior. Desses registros resultaram textos nas mais diversas modalidades de escrita (poemas, paródias, repentes, textos dissertativos) representativos das angústias e crescimento do grupo frente à temática aprofundada em cada um dos encontros.

Quanto aos conteúdos norteadores das discussões estabelecidas, as temáticas a serem trabalhadas foram levantadas em contato com o grupo de formação e de suas reais necessidades. Com base nisso, os eixos definidos versaram sobre Currículo, Política Educacional, Formação Docente e inclusão de estudantes com deficiência. A fim de subsidiar as discussões necessárias à posterior escrita da Proposta Curricular – Educação Especial, foram escolhidos textos atuais (artigos e capítulos de livros)⁴ que a partir da leitura e dos consequentes trabalhos desenvolvidos possibilitou a discussão acerca das propostas oficiais para inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns de ensino.

Outro conteúdo importante à realização da Proposta Curricular – Educação Especial foi a análise das Propostas Curriculares de outros municípios do Brasil. A análise debruçou-se ao conhecimento aprofundado de nove propostas curriculares no tocante à organização, conteúdo, condições de elaboração e formas de publicização. Esta atividade realizada também nos encontros gerais do Grupo de Elaboração da Proposta Curricular permitiu criar *atalhos* no caminho trilhado, já que a partir do exemplo e das experiências construídas por outros estados e municípios, conseguimos definir com mais propriedade a organização da Proposta Curricular – Educação Especial de nosso município.

O devido conhecimento e discussão dos eixos norteadores da proposta de formação possibilitaram o envolvimento dos professores partícipes da pesquisa e confluíram, embora não estivesse previsto no plano de ação inicial da Proposta Curricular – Educação Especial, para a realização do I e o II Ciclo de Debates “Ser professor de Sala de Recursos Multifuncionais: possibilidades, desafios e contradições” ocorridos em 2011 e 2012. Isso porque ao teorizarem sobre o currículo da escola inclusiva, estes professores atentaram-se para as especificidades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do ponto de vista das condições legais de seu funcionamento e de sua própria atuação nos cenários políticos municipal e nacional.

⁴ Formação de professores (FREITAS, 2007); Políticas para a educação especial (GARCIA, 2006); Globalização e Políticas Educacionais (PEREIRA, 2006); Ressignificação do currículo (DORZIAT, 2009); Currículo e inclusão (CARVALHO, 2008); Avaliação e inclusão na escola (BEYER, 2005) Avaliação e currículo no cotidiano escolar (OLIVEIRA; PACHECO, 2005).

As situações advindas das condições de trabalho destes professores, suas dúvidas e inseguranças quanto ao “Ser professor de SRM” e os saberes subjacentes a essas inquietações levou-nos ao entendimento da incorporação dessas vivências às discussões curriculares estabelecidas (ARROYO, 2011). Dessa forma a realização dos Ciclos de Debates possibilitou ampliar a discussão com outros professores de SRM previamente convidados a participar e a futura definição de pontos importantes da atividade intitulada “Não pode faltar à Proposta Curricular!”. Esses pontos foram discutidos com os participantes da I etapa de elaboração da Proposta Curricular – Educação Especial, contudo ainda escapava as discussões com os participantes de toda a Proposta Curricular e seus respectivos subgrupos⁵. Seria necessário ampliar as discussões garantindo a visibilidade de outros sujeitos, professores de sala comum, diretores, coordenadores pedagógicos e de suas contribuições à Proposta.

No tocante aos tópicos contemplados na escrita da Proposta foram abordados: a educação especial na perspectiva inclusiva; a educação especial no município: breve caracterização; princípios e diretrizes da educação especial no município: bases legais; avaliação: registro e acompanhamento; o Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar, além de orientações sobre a organização curricular em respeito às especificidades de estudantes público alvo da educação especial sem a prescrição de modelos padronizadores das práticas pedagógicas.

Os pontos elencados não são suficientes para contemplar todas as discussões curriculares advindas da inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns de ensino, porém são parte constitutiva dos resultados da pesquisa-ação desenvolvida. Outrossim, a pesquisa em andamento possibilitou a audiência de instituições especializadas, professores de sala comum e dos próprios estudantes com deficiência, principais interessados na adequação desta proposta as suas reais necessidades.

Um projeto dessa natureza impõe desafios de várias ordens, porém não destitui a riqueza e prazer em desenvolver uma pesquisa nos moldes explicitados. Tãmanha é a complexidade, que não nos arriscamos a falar de término, porém adiantamos nosso caráter de continuidade(s) como apresentado a seguir.

4. O desafio de fazer da letra uma proposta viva: indicativos de continuidade

A realização da pesquisa-ação base da escrita e fundamentação do estudo aqui compartilhado possibilitou o entendimento do(s) nosso(s) porto(s) de chegada tão somente

⁵ Criados por cada coordenador em suas modalidades, disciplinas ou temáticas.

como o (re)começo de nosso caminhar, isso porque a proposta curricular elaborada com os professores da rede municipal necessita de acompanhamento e ajustes constantes, além de outras vozes a ser incorporadas ao texto a fim de que esta seja mais do que a *letra*, uma *proposta viva*. Nesta interlocução demarcamos *pontos de continuidade*, porque compreendemos a elaboração do documento preliminar a ser apreciado, discutido e (re) dimensionado por outros sujeitos (representantes de movimentos sociais, instituições especiais, demais professores da rede – diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos) como parte de outras contribuições e (re)ajustamentos na proposta.

A oportunidade em ouvir os pais dos estudantes com deficiência retrata a necessidade em nos aproximarmos mais dos interessados no desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de contemplar o outro em sua inteireza. A tentativa de não contribuir a elaboração de mais um documento inócuo, sem significado para os professores da Rede Municipal de Educação, contudo, não nos isenta dos riscos de não interferir nessas práticas e de muitas delas continuarem intactas. Por isso avaliamos a necessidade de estabelecermos a proximidade com as escolas da rede, escolas essas que tanto do ponto de vista de sua condição física e estrutural, quanto das questões pedagógicas, necessitam ser acompanhadas mais de perto pelo órgão gestor educacional do município.

Com a afirmativa endossamos o fato de que o currículo, ou a proposta curricular da rede municipal de ensino, não pode ser dissociado do contexto econômico, político, cultural e social em que a educação se insere. Não podemos atribuir a este currículo a razão de todos os males, nem a salvação deles, mas o currículo é espaço fértil para o entendimento de como esses contextos interferem no panorama educacional e de como identidades podem ser silenciadas, negadas, omitidas ou obliteradas no processo de aprendizagem de diferentes indivíduos.

Falamos então de pessoas historicamente alijadas do processo educacional (FIGUEIRA, 2008; JANNUZZI, 2006) e de práticas curriculares, nas formas como em suas estratégias, prioridades e intervenções por vezes sentenciaram a incapacidade de aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial e, poderíamos acrescentar, de outras pessoas rotuladas como deficientes ou destoantes do modelo homogeneizador e homogeneizante de ensino. Por isso falamos em *continuidades*, porque ainda há muito a fazer para não encerrar a proposta curricular em si mesma, mas tenha eco, seja viva para os estudantes da rede municipal de ensino.

Como já enfatizamos, agregar outras vozes e nos aproximar da realidade de nossas escolas é um objetivo constante da pesquisa compartilhada. Além disso, os participantes da

elaboração da proposta curricular deverão intermediar a sua chegada até às escolas, para, em contato com os seus integrantes, deem *vida à letra*, ou seja, aproximem, discutam e reajustem-na conforme as maiores necessidades dos estudantes com deficiência matriculados em classes comuns de ensino.

As nossos objetivos adiantam-se os desafios que ainda estão por vir. Encontrar espaços na rotina pedagógica de nossos professores para problematização da proposta curricular e as relações necessárias com sua prática educativa requerem a continuidade da pesquisa-ação nas imprescindíveis reflexões sobre essa prática, no estudo dos casos de inclusão de estudantes com deficiência e nas proposições para o seu aprimoramento. Tudo isso demanda tempo, condições de trabalho e a necessária imbricação com a proposta curricular, aspectos perpassados pela subjetividade docente e suas implicações no contexto educacional.

Além dos aspectos mencionados acresce-se o fato de não haver como delimitar parâmetros para a inclusão de estudantes com deficiência, pois eles assim como qualquer pessoa são únicos e possuem particularidades não passíveis de generalização ou da criação de propostas de intervenção universais. Falamos, portanto, de sujeitos históricos e como tais, autônomos, ímpares e imprevisíveis.

Diante desse reconhecimento, acreditamos na proposta curricular resultante da pesquisa compartilhada neste texto como norte na (re)elaboração da proposta de cada escola. Ansiamos pela primazia do respeito às características e necessidades de todos os estudantes, em especial daqueles que possuem uma deficiência na constituição de práticas curriculares mais condizentes com a participação de quaisquer estudantes.

Conforme apresentado, os resultados preliminares do estudo acerca da elaboração da proposta curricular de um município brasileiro no tocante a organização pedagógica em atenção às necessidades de estudantes com deficiência, concorrem para a sistematização de um fórum de debates acerca do currículo e da inclusão escolar e, notadamente, asseguraram uma rica possibilidade de problematização da deficiência na organização curricular, assim como as (im)possibilidades de propostas formativas acerca do currículo com audiência dos participantes da pesquisa.

Tais participantes – os professores – foram instigados a (re)pensar o currículo escolar no âmbito de suas práticas pedagógicas. Outrossim, os diálogos sobre inclusão escolar, permitiram-nos considerar as implicações sobre concepções da deficiência na escolarização destes estudantes. E por último, não menos importante, vislumbramos a complexidade em

garantir condições de participação dos sujeitos da pesquisa, na construção de projetos com a envergadura da elaboração de uma proposta curricular.

Por ora esperamos ter contribuído com a discussão curricular em nosso município, além de possibilitar a problematização e visibilidade, sempre necessárias, dos aspectos curriculares concernentes à inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns de ensino e sua inserção no contexto da educação geral.

Nosso ponto não é o final, mas o da continuidade, de que a proposta curricular não está terminada. Os consistentes dados coletados poderão servir de base para as mudanças há muito desejadas nas práticas curriculares, e à guisa de processo, continuarão sendo problematizadas, quiçá, concretizadas em nossa Rede Municipal de Educação.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a Deficiência** (em Companhia de Hércules). São Paulo: Robes Editorial, 1995.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Trad. Vinícius Figueira. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BONAMIGO, Celisa Carrara. **A inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental – narrativas de práticas curriculares não instituídas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, Secretaria da Educação Especial, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC, Secretaria da Educação Especial, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília: Seesp, 2008.

BUENO, José Geraldo. A produção acadêmica em Educação Especial no Brasil. In: MENDES, Enicéia; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina. **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Brasília: Junqueira & Marin, 2008. p. 31-45.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DORZIAT, Ana. Alteridade e Currículo. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira. **Políticas Educacionais e (Re) Significações do Currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006. p. 97-106.

_____. **O outro da educação: Pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. – (Coleção Educação Inclusiva).

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre Inclusão, Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Frizman de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p 21-48. (Coleção educação contemporânea.)

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FREITAS, Helena Costa Lopes. Dez anos de LDB: tensões e contradições na formação dos profissionais da educação. SOUZA, João Valdir Alves de. (Org.) **Formação de Professores para a Educação Básica: Dez anos da LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 143-158.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a Educação Especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, set.-dez. 2006.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Múltiplos olhares sobre a produção do conhecimento em educação especial. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 11, núm. 32, enero-marzo, 2011, pp. 145-165. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea.)

LAPLANE, Adriana. Notas para uma Análise dos Discursos sobre Inclusão Escolar. GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Frizman de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 5-20. (Coleção educação contemporânea.)

LIMA, Solange Rodovalho; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, n.2, p.195-208, Mai.-Ago. 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Série cultura, memória e currículo, v. 2).

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Práticas inclusivas na escola e currículo: tecendo fios de uma trama inconclusa. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz, MELO, Francisco Ricardo Lins V. (orgs.). **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal, EDUFRN, 2009.

_____. **Ditos e feitos da educação inclusiva: navegações pelo currículo escolar**. 2005. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2005.

OLIVEIRA, Érika Soares de. **O currículo escolar: uma análise na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência intelectual**. 2010. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal, 2010.

OLIVEIRA, Érika Soares de; MARTINS, Lúcia A. R. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. In: **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PACHECO, Dirceu Castilho. Avaliação e currículo no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) **Escola, currículo e avaliação**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Série cultura, memória e currículo; v. 5). p. 119-136.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Globalização e Políticas Educacionais: (Re) significando o currículo. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira. **Políticas Educacionais e (Re) Significações do Currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006. p 15-22.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Desenhando a cultura escolar: ensinoaprendizagem e deficiência mental nas salas de recursos e nas salas comuns. In: n: BUENO, José Geraldo; MENDES, Geovana; SANTOS, Roseli. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Brasília: Junqueira & Marin, 2008. p. 67-108.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Alexandro Braga. **Currículo e Educação Especial**: as ações da escola a partir dos diálogos cotidianos. 2012. 3 2005. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Espírito Santo - UFES, Vitória, 2012.